



Demonstrações Financeiras Individuais

BANCO ORIGINAL

ÍNDICE

• Relatórios

Relatório da Administração.....	3
Resumo do relatório do comitê de auditoria.....	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	7

• Demonstrações financeiras individuais

Balanços patrimoniais	12
Demonstrações do resultado.....	14
Demonstrações do resultado abrangente.....	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17

• Notas explicativas

1. Contexto operacional	18
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras	18
3. Principais práticas contábeis	20
4. Caixa e equivalentes de caixa	24
5. Ativos financeiros.....	24
6. Investimentos.....	35
7. Imobilizado.....	36
8. Intangível	36
9. Outros ativos.....	36
10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos.....	37
11. Passivos financeiros	37
12. Ativos e passivos fiscais	39
13. Provisões	41
14. Outros passivos	43
15. Patrimônio líquido	43
16. Receitas de prestação de serviços.....	44
17. Receitas de tarifas bancárias.....	44
18. Despesas de pessoal	45
19. Outras despesas administrativas.....	45
20. Despesas tributárias	45
21. Outras receitas	46
22. Outras despesas.....	46
23. Partes relacionadas	46
24. Estrutura de gerenciamento de riscos	48
25. Suficiência de capital	51
26. Informações complementares	52
27. Eventos subsequentes.....	55

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO JUN23

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., acompanhadas das suas respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

O conteúdo foi elaborado com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

A surpresa positiva com o PIB do 1T23 levou o mercado a rever as estimativas de crescimento em 2023 de menos de 1% para mais de 2%. No 2T23, os sinais emitidos pelas pesquisas setoriais do IBGE indicam mais um avanço saudável da economia. Essa dinâmica é resultado do avanço expressivo da agropecuária, com safras recordes no período, dos bons números vindos do mercado de trabalho, além das transferências de renda por parte do governo, que mais que compensaram as condições financeiras e creditícias ainda restritivas.

No front inflacionário, o IPCA acumulado em 12 meses iniciou o ano em 5,8% e desacelerou até o valor de 3,2% em junho. A boa dinâmica do câmbio e dos preços de bens, especialmente alimentos e industriais, explica boa parte dessa descompressão. Além disso, vale ressaltar os primeiros sinais de alívio naqueles itens mais inerciais como os preços de serviços, fator importante para o cenário de prospectivo de juros.

De fato, o Banco Central do Brasil deu início ao ciclo de queda da Selic em 0,50 ponto percentual, para 13,25% ao ano. Contribuiu para tanto o recuo das expectativas inflacionárias, depois da manutenção da meta de inflação em 3,00% por parte do CMN, e a entrega do novo arcabouço fiscal ainda em tramitação no Congresso. Por fim, a aprovação parcial de uma reforma tributária e a elevação do nosso *rating* soberano de crédito também ajudaram a reduzir o risco Brasil.

Olhando à frente, se por um lado teremos a continuidade dessa queda nos juros, por outro é importante considerar os efeitos defasados do aperto monetário já entregue nos últimos anos. Além disso, a inflação deve retomar uma tendência de alta neste segundo semestre com o fim do efeito das reduções de impostos no governo passado.

No Original

O Banco Original surgiu em 2011 com foco no Agronegócio e em 2013 iniciou sua atuação no segmento Corporate, dois anos depois, demos início ao segmento de Varejo e nos tornamos o primeiro banco no Brasil a oferecer experiência 100% digital para as Pessoas Físicas.

Somos controlados pela holding J&F Participações S.A. que faz parte do maior grupo privado não financeiro do Brasil. Nosso propósito é oferecer serviços financeiros com qualidade para a nossa base de clientes, fazendo a diferença na vida das empresas e pessoas.

Em julho, com a intenção de agregar maior experiência para os nossos clientes Pessoas Físicas, buscando a ampliação da oferta de produtos e tecnologia, migramos a nossa base do Varejo para o PicPay, um dos maiores ecossistemas financeiros do país.

O foco do Banco Original a partir de julho de 2023 será no Banco de Atacado (Agronegócio, Corporate e Empresas), focado em suas origens e com ampla oferta de produtos e serviços financeiros, tudo aliado ao atendimento ágil e diferenciado, o que fortalece a qualidade e eficiência de um negócio sólido. O Banco Original é um banco para empresas que movimentam a economia, no Agronegócio, através do relacionamento com grandes produtores rurais com foco em algodão, café, milho, soja e pecuária, e, no Corporate com empresas que faturam acima de R\$ 300 milhões. Adicionalmente, além de ter a assertividade e histórico positivo nesses dois segmentos, o Banco Original também atua no segmento Empresas, através do relacionamento com pessoas jurídicas de menor faturamento. Para dar continuidade ao nosso negócio, ao longo do primeiro semestre, expandimos a quantidade de escritórios para atendimento aos clientes Pessoas Jurídicas, visando maior proximidade com os clientes, assertividade e celeridade em nossos processos.

Acreditando que um projeto de longo prazo se constrói em bases sólidas, a administração decidiu por seguir diligente em seus ajustes estratégicos, assim, os acionistas realizaram aportes de capital no montante de R\$ 1,450 bilhão ao longo do semestre, visando dar continuidade ao provisionamento da carteira de Pessoa Física e incremento do capital para o crescimento no Atacado.

O primeiro semestre de 2023 trouxe-nos grandes oportunidades de negócios destacando-se a carteira de crédito do Atacado que encerrou o semestre com R\$ 8,9 bilhões (+23% YoY) com forte crescimento nas operações de recebíveis; já a carteira do Varejo encerrou com R\$ 7,9 bilhões (-19% YoY). A carteira de *funding* do Original encerrou o semestre com R\$ 20,0 bilhões (+1% YoY), sendo que 23% dessa carteira são captados via operações incentivadas (LCA e LCI), o que ajuda na redução do custo médio do *funding* dando-nos maior capacidade concorrencial em nosso negócio. Entre os diversos indicadores, ressaltamos uma condição de capital mais robusta com um Índice de Basileia 13,5% (+1,1% p.p. YoY).

Agradecimentos

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento diário com a nossa história.

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

A Administração

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria (comitê) do Conglomerado Financeiro Original (conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, liderado pelo Banco Original S/A (Original), bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao conselho de administração (conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da administração do Original, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A administração do Original é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é diretamente subordinada ao conselho e supervisionada pelo comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A auditoria interna provê o conselho, a presidência, a diretoria executiva e o comitê de auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Original.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras do Banco Original, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve contratação de serviços adicionais da empresa de auditoria externa nos 2 (dois) últimos anos, incluindo o período em análise.

O Comitê reuniu-se 7 (sete) vezes no primeiro semestre de 2023, realizando 35 (trinta e cinco) reuniões. Destas, 6 (seis) com a Auditoria Interna, 1 (uma) com a empresa de auditoria independente, 7 (sete) com a Contabilidade e Controladoria e 21 (vinte e um) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2023.

Nenhuma recomendação foi emitida para o semestre findo em 30 de junho de 2023.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2023 do Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras do Original auditadas do semestre findo em 30 de junho de 2023.

São Paulo, 22 de agosto de 2023.

O Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Regid de Campos, 105, 12º Andar – Torre A,
04711-904, São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Original S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.c.1.4 e 5 e para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em relação aos níveis de riscos de acordo com o julgamento da administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos relacionados às operações, aos devedores e aos garantidores/garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Nesse sentido, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco.

Devido à relevância das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e o grau de julgamento inerentes à classificação das operações em níveis de riscos, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos processos de: (i) aprovação e registro das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito; e (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas e julgamentos utilizados na classificação das operações de crédito nos níveis de risco (“ratings”).

Verificamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, tais como: (i) análise das informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes e operações do Banco com base nas políticas internas de crédito, tais como a análise de crédito, informações financeiras e cadastrais, garantias e planos de recuperação judicial; (ii) análise do cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, incluindo a aplicação pelo Banco dos ratings mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico e manutenção do rating anterior para casos de renegociação do crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é aceitável, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 12, as demonstrações financeiras do Banco incluem ativos fiscais diferidos. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias são realizados quando da utilização das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido à relevância dos saldos desses ativos fiscais diferidos, ao alto grau de julgamento envolvido nas premissas econômicas e de crescimento do Banco para as estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações destas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros que é base para a avaliação de reconhecimento e realização dos saldos de créditos tributários no ativo.

Envolvemos nossos especialistas em impostos para revisão da base de constituição dos ativos fiscais diferidos e, com o suporte técnico dos nossos especialistas de finanças corporativas, avaliamos as premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pelo Banco, considerando se estão consistentes com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas e se são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de agosto de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Ativo			
Disponibilidades	4	178.740	91.861
Ativos financeiros		22.497.367	22.192.195
Instrumentos financeiros		22.142.725	21.997.409
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1.a	1.149.738	1.317.000
Títulos e valores mobiliários	5.1.b.1	7.536.697	8.006.391
Derivativos	5.1.c.1	123.388	45.853
Relações interfinanceiras	5.1.d.1	582.814	126.091
Carteira de crédito		12.750.088	12.502.074
Operações de crédito	5.1.e.1	10.821.327	12.049.353
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.1.e.1	5.935.993	4.564.902
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.6	(4.007.232)	(4.112.181)
Outros instrumentos financeiros	5.1.f.1	354.642	194.786
Ativos fiscais		2.614.013	2.067.362
Ativos correntes	12.b	35.272	85.654
Ativos diferidos	12.d	2.578.741	1.981.708
Investimentos		7.491	7.613
Investimentos em participação em coligadas e controladas	6.a	5.537	5.659
Outros investimentos	6.b	1.954	1.954
Imobilizado		59.385	67.071
Imobilizado de uso	7.a	194.390	191.488
Depreciação acumulada	7.a	(135.005)	(124.417)
Intangível		244.607	443.163
Ativos intangíveis	8.a	1.287.417	1.276.159
Amortização acumulada	8.a	(1.042.810)	(832.996)
Outros ativos	9	343.053	430.177
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	10	(8.689)	(8.689)
Total do ativo		25.935.967	25.290.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivos financeiros		23.670.144	23.236.995
Depósitos e demais instrumentos financeiros		23.483.468	23.211.367
Depósitos	11.1.a	14.054.976	14.999.609
Captações no mercado aberto	11.1.b	1.706.382	704.585
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.1.c	4.921.225	5.008.517
Relações interfinanceiras	5.1.d.2	1.566.653	1.765.205
Derivativos	5.1.c.1	194.250	38.334
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	11.1.f	1.039.982	695.117
Outros passivos financeiros	11.1.g	186.676	25.628
Passivos fiscais		100.960	392.720
Passivos correntes	12.c	59.373	91.018
Passivos diferidos	12.f	41.587	301.702
Provisões	13.a	68.419	46.980
Outros passivos	14	123.340	67.215
Patrimônio líquido		1.973.104	1.546.843
Capital social	15.a	4.580.001	3.130.001
Outros resultados abrangentes	15.d	9.931	284.840
Prejuízos acumulados		(2.616.828)	(1.867.998)
Total do passivo e patrimônio líquido		25.935.967	25.290.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a Nota 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Rendas da intermediação financeira	2.844.468	2.059.928
Rendas de operações de crédito	5.1.e.2 1.146.103	1.619.487
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.1.b.2 1.287.347	460.179
Resultado em instrumentos financeiros derivativos	5.1.c.3 419.168	(21.389)
Resultado em operações de câmbio	5.1.f.2 (8.150)	1.651
Despesas da intermediação financeira	(1.431.133)	(794.371)
Despesas em operações de captação no mercado	11.1.d (1.513.121)	(900.888)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.1.e.2 81.988	106.517
Resultado bruto da intermediação financeira	1.413.335	1.265.557
Resultado das provisões para perdas	(1.771.008)	(1.736.232)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.7 (1.902.475)	(1.761.252)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.1.e.7 131.467	25.020
Receitas / (despesas) operacionais	(966.032)	(487.596)
Receitas de prestação de serviços	16 187.099	212.763
Receitas de tarifas bancárias	17 64.062	74.873
Despesas de pessoal	18 (182.495)	(201.789)
Outras despesas administrativas	19 (576.144)	(497.373)
Despesas tributárias	20 (89.279)	(99.193)
Resultado de participações em coligadas e controladas	6.a (122)	(4.999)
Outras receitas	21 97.236	90.490
Outras despesas	22 (466.389)	(62.368)
Resultado antes dos tributos e participações	(1.323.705)	(958.271)
Imposto de renda e contribuição social	12.a 618.286	456.716
Provisão para imposto de renda	14.314	(28.531)
Provisão para contribuição social	11.545	(21.076)
Ativo fiscal diferido	592.427	506.323
Participação nos lucros	(43.411)	(43.149)
Resultado líquido	(748.830)	(544.704)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Resultado líquido	(748.830)	(544.704)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros		
Variação do valor justo	(528.222)	(33.072)
Efeito dos tributos	248.770	14.881
Hedge		
Variação do valor justo	4.543	5.250
Outros resultados abrangentes	(274.909)	(12.941)
Resultado abrangente	(1.023.739)	(557.645)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.530.001	(55.827)	(207.717)	2.266.457
Resultado líquido		-	-	(544.704)	(544.704)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(12.941)	-	(12.941)
Saldo em 30 de junho de 2022		2.530.001	(68.768)	(752.421)	1.708.812
Mutações do período		-	(12.941)	(544.704)	(557.645)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		3.130.001	284.840	(1.867.998)	1.546.843
Aumento de capital		1.450.000	-	-	1.450.000
Resultado líquido		-	-	(748.830)	(748.830)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(274.909)	-	(274.909)
Saldo em 30 de junho de 2023		4.580.001	9.931	(2.616.828)	1.973.104
Mutações do período		1.450.000	(274.909)	(748.830)	426.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Resultado líquido		(748.830)	(544.704)
Ajustes ao resultado líquido		1.981.613	1.319.666
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		6.967	2.447
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.7	1.902.475	1.761.252
Constituição / (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável de ativos		-	(1.314)
Ajuste ao valor justo em instrumentos financeiros		49.397	(4.334)
Juros e marcação a mercado de instrumentos de dívida elegíveis a capital		344.865	(65.126)
Resultado de participações em coligadas e controladas	6.a	122	4.999
Depreciações e amortizações	19	220.403	88.937
Variação cambial		(721)	6.699
(Lucro) / prejuízo na alienação de valores e bens	21 e 22	(1.867)	(1.630)
Ativo fiscal diferido	12.a	(592.427)	(506.323)
Constituição / (reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	13	21.439	(975)
Constituição / (reversão) da provisão para participação nos lucros e resultados		43.411	43.149
Outras provisões / (reversões)		350	309
Atualização monetária	21	(12.801)	(8.424)
Resultado líquido ajustado		1.232.783	774.962
Variações patrimoniais		(3.124.321)	(6.711)
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(2.955)	50.710
(Aumento) / redução em títulos e valores mobiliários para negociação		(176.434)	2.972.261
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros derivativos		20.875	(2.138.887)
Variação líquida em relações interfinanceiras		(655.275)	1.470.284
(Aumento) / redução em carteira de crédito		(2.151.574)	(4.189.635)
(Aumento) / redução em outros instrumentos financeiros		(158.050)	146.163
(Aumento) / redução em ativos fiscais		58.577	(20.646)
(Aumento) / redução em outros ativos		88.991	72.697
(Redução) / aumento em passivos financeiros		130.920	1.676.300
(Redução) / aumento em passivos fiscais		(291.760)	97.396
(Redução) / aumento em outros passivos		12.364	(61.550)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(81.804)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais		(1.891.538)	768.251
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimentos			
(Aquisição / aumento) em investimentos	6	-	(5.999)
(Aquisição) de imobilizado de uso	7	(2.906)	(2.211)
(Aquisição / ativação) de intangíveis	8	(11.259)	(12.469)
Alienação de imobilizado de uso	7	4	874
(Aquisição / aumento) / alienação em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		139.508	(634.796)
(Aquisição / aumento) / alienação em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		239.820	-
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimentos		365.167	(654.601)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Aumento de capital		1.450.000	-
Emissão de instrumentos de dívida elegível a capital	11.f	-	711.000
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de financiamento		1.450.000	711.000
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		(76.371)	824.650
Saldo inicial	4	1.342.071	569.440
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(6.967)	(2.447)
Saldo final	4	1.258.733	1.391.643
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(76.371)	824.650

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Em 30 de junho de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O Banco Original S.A. (Original) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua Porto União, 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP. O Original é controlado pela J&F Participações S/A, que detém 100% de suas ações ordinárias e preferenciais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança.

As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas às divulgações.

Na elaboração das demonstrações financeiras foi realizada a consolidação dos saldos da agência nas Ilhas Cayman.

				30/06/2023	
Dependência no exterior	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado	
Banco Original Ilhas Cayman	3.420.641	3.359.002	61.639	(658)	

				31/12/2022	
Dependência no exterior	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Resultado	
Banco Original Ilhas Cayman	1.683.084	1.615.658	67.426	31	

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro.

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

Entidade coligada	Atividade	Capital social integralizado	Ações ordinárias e cotas	30/06/2023	31/12/2022
				Participação	Participação
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	259.935	259.935.000	19,90%	19,90%

Entidades controladas	Atividade	Capital social integralizado	Ações e/ou cotas	30/06/2023	31/12/2022
				Participação	Participação
Original Hub Ltda.	Prestação de serviços	3.450	3.450.000	99,99%	99,99%

O valor total de ativos, passivos, resultado líquido e patrimônio líquido das entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são:

Entidade		Ativos	Passivos	30/06/2023	
				Patrimônio Líquido	Resultado
Original Corporate	Corretora de Seguros	13.987	2.749	11.238	(1.321)
Original Hub		3.319	29	3.290	142

Entidade		Ativos	Passivos	31/12/2022	
				Patrimônio Líquido	Resultado
Original Corporate	Corretora de Seguros	16.562	4.003	12.559	3.820
Original Hub		3.173	25	3.148	(5.764)

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 28 de agosto de 2023.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o princípio da competência, ou seja, no período em que as receitas e despesas ocorrem, independentemente de recebimentos ou pagamentos.

As receitas e despesas de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias, são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Ativos financeiros

c.1) Instrumentos financeiros

c.1.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c.1.2) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

c.1.3) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de investimento no exterior e hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

c.1.4) Carteira de crédito

c.1.4.1) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela regulamentação vigente, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco.

As operações são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base nas taxas de juros pactuadas, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa de recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da regulamentação vigente, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

c.1.5) Outros instrumentos financeiros

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

d) Ativos e passivos fiscais diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias são registrados na rubrica “Ativos diferidos”. As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica “Passivos diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - dez anos; sistemas de processamento de dados e veículos - cinco anos; e benfeitorias em imóveis de terceiros - de acordo com o prazo do contrato de aluguel.

g) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações calculadas à taxa de 10% a.a. ou de acordo com a sua vida útil.

h) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

k) Passivos financeiros**k.1) Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros passivos financeiros**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações financeiras dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos.

Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

m) Passivos fiscais

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20%.

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre receitas financeiras e registradas em “despesas tributárias”.

n) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata* dia.

o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme com a Resolução CMN 4.818.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades	178.740	91.861
Em moedas estrangeiras	178.609	91.212
Em moeda nacional	131	649
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada	1.079.993	1.250.210
Letras do Tesouro Nacional - LTN	120.000	1.250.210
Notas do Tesouro Nacional - NTN	959.993	-
Total	1.258.733	1.342.071

5. Ativos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 30/06/2023		31/12/2022
	3 Meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	1.079.993	1.079.993	1.250.210
Posição bancada	1.079.993	1.079.993	1.250.210
Letras do Tesouro Nacional - LTN	120.000	120.000	1.250.210
Notas do Tesouro Nacional - NTN	959.993	959.993	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	69.745	69.745	66.790
Total	1.149.738	1.149.738	1.317.000

b) Títulos e valores mobiliários
b.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado

	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2023 Valor justo / contábil	31/12/2022 Valor justo / contábil
1 - Títulos para negociação		4.344.589	9.300	1.852.800	762.496	509.142	1.229.451	4.353.889	4.169.931
Carteira própria									
Títulos públicos		1.429.953	6.005	-	762.496	43.304	630.158	1.435.958	3.293.312
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	113.189	70	-	12.730	32.572	67.957	113.259	451.836
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.316.485	5.902	-	749.766	10.732	561.889	1.322.387	1.892.656
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	279	33	-	-	-	312	312	948.820
Títulos privados		1.852.800	-	1.852.800	-	-	-	1.852.800	-
Cotas de fundos	3	1.852.800	-	1.852.800	-	-	-	1.852.800	-
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		402.156	2.517	-	-	242.654	162.019	404.673	876.619
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	-	-	-	-	324.534
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	247.687	1.431	-	-	242.654	6.464	249.118	552.085
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	154.469	1.086	-	-	-	155.555	155.555	-
Vinculados ao Banco Central									
Títulos públicos		26.527	569	-	-	-	27.096	27.096	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	26.527	569	-	-	-	27.096	27.096	-
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		633.153	209	-	-	223.184	410.178	633.362	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	631.784	202	-	-	221.808	410.178	631.986	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.369	7	-	-	1.376	-	1.376	-
2 - Títulos disponíveis para venda		1.064.642	16.531	33.776	-	261.819	785.578	1.081.173	1.495.005
Carteira própria									
Títulos públicos		308.078	5.542	-	-	94.160	219.460	313.620	223.030
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	308.078	5.542	-	-	94.160	219.460	313.620	223.030
Títulos privados		178.475	(3.778)	-	-	167.659	7.038	174.697	1.242.713
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	7.520	(482)	-	-	-	7.038	7.038	4.978
Cotas de fundos	3	-	-	-	-	-	-	-	1.089.961
Nota comercial	2	170.955	(3.296)	-	-	167.659	-	167.659	147.774
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		96.685	1.843	-	-	-	98.528	98.528	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	96.685	1.843	-	-	-	98.528	98.528	-
Vinculados ao Banco Central									
Títulos públicos		318.971	8.097	-	-	-	327.068	327.068	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	318.971	8.097	-	-	-	327.068	327.068	-
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		128.657	4.827	-	-	-	133.484	133.484	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	128.657	4.827	-	-	-	133.484	133.484	-
Outros		33.776	-	33.776	-	-	-	33.776	29.262
Cotas de fundos	2	33.776	-	33.776	-	-	-	33.776	29.262

	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2023 Valor justo / contábil	31/12/2022 Valor justo / contábil
3 - Títulos mantidos até o vencimento		2.101.635	-	-	-	-	2.101.635	2.101.635	2.341.455
Carteira própria									
Títulos públicos		122.969	-	-	-	-	122.969	122.969	1.635.876
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	122.969	-	-	-	-	122.969	122.969	1.635.876
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		1.214.672	-	-	-	-	1.214.672	1.214.672	705.579
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	1.214.672	-	-	-	-	1.214.672	1.214.672	705.579
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		763.994	-	-	-	-	763.994	763.994	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	763.994	-	-	-	-	763.994	763.994	-
Total		7.510.866	25.831	1.886.576	762.496	770.961	4.116.664	7.536.697	8.006.391

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, ou agentes de mercado, quando necessário.

O resultado da marcação a mercado dos títulos para negociação é apresentado na demonstração do resultado e o resultado dos títulos disponível para venda é apresentado na demonstração de resultados abrangentes.

Em 30 de junho de 2023, ocorreu a reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários da categoria Disponível para Venda para Negociação, no montante de R\$ 1.251.086, com reflexos em resultado no montante bruto de R\$ 250.408, conforme artigo 5º da referida Circular, decorrente do alinhamento dos seus modelos de negócios à estratégia de gerenciamento de risco e capital. Não houve reclassificação de títulos entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, o Banco Original declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados

b.2) Resultado

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Resultado em títulos de renda fixa ⁽¹⁾	1.144.345	424.366
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	144.843	42.330
Resultado em títulos de renda variável	(1.841)	(6.517)
Total	1.287.347	460.179

⁽¹⁾ No primeiro semestre de 2023, inclui resultado com fundos de investimento no montante de R\$ 778.033 (R\$172.723 no primeiro semestre de 2022).

b.3) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia do valor justo nos níveis:

- 1** - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.
- 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
- 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

c) Derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

c.1) Composição da carteira por indexador

		30/06/2023			31/12/2022		
		Valor Nível referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Non deliverable forward							
Posição ativa		6.709.012	42.156	22.980	1.320.031	11.834	3.592
Dólar	1	4.755.850	38.898	4.674	1.320.031	11.834	3.592
Prefixado	1	1.953.162	3.258	18.306	-	-	-
Posição passiva		6.709.012	(86.280)	(110.549)	1.320.031	(6.693)	(10.281)
Dólar		1.953.162	(16.237)	-	-	-	-
Prefixado	1	4.755.850	(70.043)	(110.549)	1.320.031	(6.693)	(10.281)
Diferencial líquido	1	-	(44.124)	(87.569)	-	5.141	(6.689)
2 - Swap							
Posição ativa		2.051.790	69.629	100.408	1.530.416	24.377	42.261
Dólar	1	1.528.261	62.261	85.888	909.950	11.452	16.498
CDI	1	431.893	635	6.243	445.518	653	12.982
Prefixado	1	91.636	6.733	8.277	174.948	12.272	12.781
Posição passiva		2.051.790	(118)	(483)	1.530.416	(988)	(7.689)
Dólar	1	1.554.773	(70)	-	970.867	(784)	(7.101)
CDI	1	60.124	(7)	(142)	53.191	(56)	(435)
Prefixado	1	436.893	(41)	(341)	506.358	(148)	(153)
Diferencial líquido		-	69.511	99.925	-	23.389	34.572
3 - Opções							
Posição passiva		1.359.300	(48.816)	(83.218)	900.779	(30.499)	(20.364)
Venda de opção de compra	1	-	-	-	110.266	(5.071)	(3.183)
Venda de opção de venda	1	1.359.300	(48.816)	(83.218)	790.513	(25.428)	(17.181)
Diferencial líquido		-	(48.816)	(83.218)	-	(30.499)	(20.364)
4 - Futuros							
Posição ativa		7.443.523	-	-	8.512.631	-	-
DI	1	5.734.600	-	-	6.242.100	-	-
DDI	1	1.651.127	-	-	1.184.418	-	-
DAP	1	57.796	-	-	361.089	-	-
Dólar	1	-	-	-	725.024	-	-
Posição passiva		6.700.586	-	-	6.758.835	-	-
DI	1	1.826.600	-	-	5.286.400	-	-
DDI	1	1.944.089	-	-	1.472.435	-	-
Dólar	1	2.929.897	-	-	-	-	-

c.2) Composição da carteira por vencimento e valor diferencial

	30/06/2023			31/12/2022	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Diferencial a receber / (pagar) ao valor justo					
Swap	39.810	54.258	5.857	99.925	34.572
Non deliverable forward	(85.398)	(1.869)	(302)	(87.569)	(6.689)
Opções	(35.558)	(46.480)	(1.180)	(83.218)	(20.364)
Total	(81.146)	5.909	4.375	(70.862)	7.519

c.3) Resultado com derivativos

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Futuros	413.507	(116.261)
DI	281.392	(69.691)
Dólar	92.094	(107.841)
DDI ⁽¹⁾	36.634	61.635
Futuro de dólar	4.206	2.313
Moedas	(77)	(468)
Índice	(235)	(2.002)
S&P	(507)	(207)
Swap	102.522	35.169
Opções	(34.777)	126
<i>Non deliverable forward</i>	(62.084)	59.577
Total	419.168	(21.389)

⁽¹⁾ (1) Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial.

c.4) Hedge de investimento líquido no exterior

O Original contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de *hedge* desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No semestre findo em 30 de junho de 2023, o valor eficaz foi de R\$ 4.543 líquido dos efeitos tributários (R\$ 5.473 positivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

c.5) Hedge de risco de mercado

Todo derivativo deve ser marcado a mercado com os efeitos levados ao resultado. Todavia, isso pode não ser simétrico com o reconhecimento de ganhos e perdas no objeto de *hedge*. Para mitigar os eventuais impactos o Banco Original realiza *Hedge Accounting*, que tem por finalidade equalizar o reconhecimento de ganhos e perdas no resultado ou patrimônio, tanto do derivativo como do objeto de *hedge*, de acordo o tipo de *hedge accounting* realizado. Portanto, o principal objetivo do *hedge accounting* é evitar a volatilidade de resultado no balanço e proteger economicamente as instituições quanto as possíveis oscilações causadas por oscilações de taxas de juros.

A efetividade das estruturas de *hedge accounting* deve permanecer no intervalo entre 80% e 125% de variação nos ajustes a mercado do instrumento e objeto, e ser comprovada desde a concepção e ao decorrer da operação, ao realizar testes prospectivos e retrospectivos, conforme descrito na regulamentação aplicável.

• **Teste Prospectivo:** possui o objetivo de comprovar a relação econômica entre o item protegido (objeto) e o instrumento de *hedge*. Utiliza-se de DV01 para demonstrar que o instrumento e o objeto do *hedge* variam de forma diretamente proporcional em relação à variação à taxa de juros (nominais e reais) e em direções opostas, apresentando a relação econômica na relação de proteção.

• **Teste Retrospectivo:** verifica o desempenho passado de cada estrutura, a partir dos valores a mercado apurados no mínimo mensalmente, no fechamento das demonstrações financeiras.

A estrutura de *hedge accounting* poderá ser descontinuada prospectivamente caso i) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, terminado o exercido; ii) o *hedge* deixe de satisfazer as condições de efetividade; e iii) seja revogada a designação. A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

O Banco Original possui na data-base as seguintes estruturas vigentes:

i. Estrutura de Hedge Pré:

A estrutura de *hedge accounting* é formada por instrumentos de dívida elegíveis a capital, emitidos pelo Banco Original entre os meses de fevereiro e abril de 2022, com vencimentos previstos superiores a 10 anos. As emissões citadas são o objeto de *hedge* da estrutura vigente.

Instrumentos de *hedge* utilizados são contratos de DI1 negociados na B3, registrados no Original e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*.

A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado, uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuros de DI1, se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado dos instrumentos de dívida elegíveis a capital.

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado, procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

ii. Estrutura de Hedge Cupom Cambial

As operações de crédito e operações de passivos em moeda estrangeira abrem exposição a taxa de juros referencial em USD, denominada cupom cambial, que representa o efeito de custo oportunidade entre a taxa de juros de referência (DI) e a variação cambial decorrente da indexação em moeda estrangeira (USD). Esta exposição é mitigada com a utilização de contratos futuros de DDI. Desta forma, a estrutura de *hedge* protege o Banco da variação do diferencial Dólar-DI (taxa de juro referenciada em dólar), expresso em taxa de juros.

A estratégia de *hedge* adotada se enquadra em um *hedge* de risco de mercado uma vez que os instrumentos financeiros derivativos, futuro de DDI, são contratados a compensar a variação no valor de mercado do risco protegido

	Ajuste Objeto	Ajuste Instr.	% Efetividade
Hedge PRE	(169.266)	179.283	105,92%
Hedge Cupom Cambial Ativo	(2.996)	3.700	123,48%
Hedge Cupom Cambial Passivo	1.363	(1.466)	107,56%

d) Relações interfinanceiras

d.1) Composição ativo

	30/06/2023	31/12/2022
Créditos vinculados		
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	582.546	126.091
Depósitos voluntários	469.999	-
Pagamentos instantâneos	93.054	105.443
Microfinanças	15.493	16.648
Moeda eletrônica	4.000	4.000
Pagamentos e recebimentos a liquidar		
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	268	-
Cheque e outros papéis	268	-
Total	582.814	126.091

d.2) Composição passivo

	30/06/2023	31/12/2022
Transações de pagamento	1.459.431	1.765.205
Cartões de crédito	1.459.431	1.765.205
Obrigações junto a participantes do sistema de liquidação	107.222	-
Cheque e outros papéis recebidos	107.222	-
Total	1.566.653	1.765.205

e) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

e.1) Composição da carteira por produto

	30/06/2023	31/12/2022
Operações de crédito	10.821.327	12.049.353
Empréstimos	9.298.272	9.886.032
Financiamentos à exportação	1.193.958	1.688.383
Financiamentos rurais e agroindustriais	153.480	240.083
Financiamentos imobiliários	146.318	144.006
Títulos descontados	28.193	90.278
Adiantamentos a depositantes	1.106	571
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.935.993	4.564.902
Direitos creditórios	4.319.051	2.520.498
Operações com cartões de crédito	1.579.559	2.000.408
Outros	37.383	43.996
Subtotal	16.757.320	16.614.255
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.007.232)	(4.112.181)
Total	12.750.088	12.502.074

e.2) Resultado de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Rendas de empréstimos	1.093.749	1.591.945
Rendas de financiamentos	44.207	16.050
Rendas de títulos descontados	7.719	11.397
Rendas de adiantamentos a depositantes	428	95
Total	1.146.103	1.619.487

e.3) Composição da carteira por ramo de atividade

	30/06/2023	Concentração	31/12/2022	Concentração
Setor Privado				
Pessoas físicas	7.887.592	47,07%	9.516.363	57,28%
Comércio	3.372.740	20,13%	2.640.257	15,89%
Rural	2.305.582	13,76%	2.017.695	12,14%
Serviços	830.523	4,96%	698.211	4,20%
Indústria	356.964	2,13%	162.922	0,98%
Financeiro	142.416	0,85%	44.040	0,27%
Outros	1.861.503	11,10%	1.534.767	9,24%
Total	16.757.320	100,00%	16.614.255	100,00%

e.4) Composição da carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2023	31/12/2022
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	4.771.006	5.690.908	326.981	464.136	176.523	222.140	103.186	103.339	268.000	12.126.219	11.329.716
1 a 30 dias	640.134	2.778.914	57.950	31.501	8.293	5.678	4.500	4.172	12.834	3.543.976	3.647.483
31 a 60 dias	1.545.444	593.280	21.339	24.929	9.542	6.966	5.588	6.104	11.381	2.224.573	814.971
61 a 90 dias	758.947	343.353	15.959	23.299	8.802	6.248	5.041	4.673	9.764	1.176.086	552.190
91 a 180 dias	360.812	531.562	54.286	53.763	21.758	15.642	12.403	11.919	25.051	1.087.196	1.747.267
181 a 360 dias	734.530	625.514	59.815	121.860	32.545	23.851	18.542	18.912	39.383	1.674.952	1.604.215
Acima de 360 dias	731.139	818.285	117.632	208.784	95.583	163.755	57.112	57.559	169.587	2.419.436	2.963.590
Parcelas vencidas	-	192.136	2.940	5.947	2.016	1.278	1.227	1.205	4.872	211.621	353.747
Até 14 dias	-	192.136	2.940	5.947	2.016	1.278	1.227	1.205	4.872	211.621	353.747
Subtotal	4.771.006	5.883.044	329.921	470.083	178.539	223.418	104.413	104.544	272.872	12.337.840	11.683.463
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	5.787	44.073	220.672	206.572	156.529	158.766	151.207	1.431.808	2.375.414	2.038.251
1 a 30 dias	-	456	3.792	11.666	10.891	8.916	9.265	8.568	72.110	125.664	82.541
31 a 60 dias	-	223	3.785	10.788	10.081	8.140	8.455	7.919	66.747	116.138	83.651
61 a 90 dias	-	214	3.110	12.148	11.485	7.606	7.963	7.470	62.216	112.212	69.761
91 a 180 dias	-	598	7.730	27.587	27.163	22.261	21.036	19.484	168.617	294.476	199.648
181 a 360 dias	-	1.026	9.972	42.134	38.764	30.527	32.019	30.443	269.327	454.212	330.229
Acima de 360 dias	-	3.270	15.684	116.349	108.188	79.079	80.028	77.323	792.791	1.272.712	1.272.421
Parcelas vencidas	-	-	32.389	60.979	81.375	75.913	107.319	110.649	1.578.441	2.047.065	2.892.541
15 a 30 dias	-	-	32.389	11.967	8.407	6.189	6.413	6.055	44.839	116.259	174.406
31 a 60 dias	-	-	-	49.012	14.741	10.030	9.942	8.760	78.731	171.216	270.351
61 a 90 dias	-	-	-	-	58.227	11.442	10.180	8.200	77.533	165.582	332.733
91 a 120 dias	-	-	-	-	-	48.252	12.290	7.681	79.027	147.250	328.102
121 a 150 dias	-	-	-	-	-	-	68.494	12.975	92.079	173.548	272.278
151 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	66.978	86.720	153.698	250.541
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.119.512	1.119.512	1.235.899
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.231
Subtotal	-	5.787	76.462	281.651	287.947	232.442	266.085	261.856	3.010.249	4.422.479	4.930.792
Total da carteira de crédito	4.771.006	5.888.831	406.383	751.734	466.486	455.860	370.498	366.400	3.283.121	16.760.319	16.614.255
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)										(2.999)	-
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										16.757.320	16.614.255

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

e.5) Concentração das operações de crédito

	30/06/2023	% da Carteira	31/12/2022	% da Carteira
Dez maiores devedores	1.029.101	6,14%	1.299.801	7,82%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.981.241	11,82%	1.954.463	11,76%
Oitenta maiores devedores seguintes	1.619.841	9,67%	1.648.478	9,92%
Demais devedores seguintes	12.127.137	72,37%	11.711.513	70,50%
Total	16.757.320	100,00%	16.614.255	100,00%

e.6) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	% Provisão	30/06/2023			31/12/2022	
		Valor presente das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente	Valor presente das operações	Provisão existente
AA	0%	4.771.006	-	-	2.576.175	-
A	0,5%	5.888.831	(29.444)	(29.444)	6.824.538	(34.123)
B	1,0%	406.383	(4.064)	(4.064)	651.728	(6.517)
C	3,0%	751.734	(22.552)	(22.552)	913.727	(27.412)
D	10,0%	466.486	(46.649)	(46.649)	611.011	(61.101)
E	30,0%	455.860	(136.758)	(136.758)	699.395	(209.819)
F	50,0%	370.498	(185.249)	(185.249)	669.217	(334.610)
G	70,0%	366.400	(256.480)	(299.395)	766.219	(536.354)
H	100,0%	3.283.121	(3.283.121)	(3.283.121)	2.902.245	(2.902.245)
Total		16.760.319	(3.964.317)	(4.007.232)	16.614.255	(4.112.181)
(+/-) Ajuste ao valor justo		(2.999)			-	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		16.757.320			16.614.255	

(1) Provisão considera a contagem em dobro dos prazos de atraso, para fins de classificação nos níveis de risco.

e.7) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo inicial	(4.112.181)	(738.816)
Constituição / reversão	(1.902.475)	(1.761.252)
Baixa para prejuízo	2.007.424	143.643
Saldo final	(4.007.232)	(2.356.425)

No segundo semestre de 2022 foi adotada a contagem de prazo em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme regulamentação vigente. O efeito líquido da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 83.173 (R\$ 376.246 em 31 de dezembro de 2022).

No semestre findo em 30 de junho de 2023 a recuperação de créditos baixados para prejuízo somou R\$ 131.467 (R\$ 25.020 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

Em 30 de junho 2023 o total de créditos renegociados era de R\$ 4.402.051 (R\$ 2.768.541 em 31 de dezembro de 2022) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações somava R\$ 2.309.731 em 30 de junho de 2023 (R\$ 1.565.454 em 31 de dezembro de 2022)

f) Outros instrumentos financeiros

f.1) Composição

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Numerários em trânsito	131.538	162.824
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	121.383	-
Negociação e intermediação de valores	101.721	31.962
Total	354.642	194.786

f.2) Resultado em operações de câmbio

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Rendas de câmbio	27.749	19.158
Despesas de câmbio	(35.899)	(17.507)
Total	(8.150)	1.651

6. Investimentos

a) Investimentos em participação em coligadas e controladas

	31/12/2022	Movimentação de		30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
		Equiva- lência patri- monial	Aportes de capital e outros eventos		
	Valor do investi- mento			Valor do investi- mento	Equiva- lência patri- monial
Coligada					
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	2.511	(264)	-	2.247	764
Controladas					
Original Hub Ltda.	3.148	142	-	3.290	(5.763)
Total	5.659	(122)	-	5.537	(4.999)

b) Outros investimentos

	30/06/2023	31/12/2022
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos	1.511	1.511
Obras de arte	443	443
Total	1.954	1.954

7. Imobilizado

a) Composição

	Custo	Depreciação	30/06/2023	31/12/2022
Sistemas de processamento de dados	130.642	(103.262)	27.380	34.293
Instalações, móveis e equipamentos de uso	61.648	(30.311)	31.337	31.941
Sistemas de segurança e comunicações	2.100	(1.432)	668	837
Total	194.390	(135.005)	59.385	67.071

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 30/06/2023				
	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Depreciação	30/06/2023
Sistemas de processamento de dados	34.293	227	(4)	(7.136)	27.380
Instalações, móveis e equipamentos de uso	31.941	2.679	-	(3.283)	31.337
Sistemas de segurança e comunicações	837	-	-	(169)	668
Total	67.071	2.906	(4)	(10.588)	59.385

8. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização	30/06/2023	31/12/2022
Software	981.193	(841.227)	139.966	308.006
Licenças de uso	306.224	(201.583)	104.641	135.157
Total	1.287.417	(1.042.810)	244.607	443.163

b) Movimentação

	Movimentação de 01/01 a 30/06/2023				
	31/12/2022	Aquisições	Baixas	Amortização	30/06/2023
Software	308.006	-	-	(168.040)	139.966
Licenças de uso	135.157	11.259	-	(41.775)	104.641
Total	443.163	11.259	-	(209.815)	244.607

9. Outros ativos

	30/06/2023	31/12/2022
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽¹⁾	166.860	151.631
Bens não de uso próprio	104.121	104.525
Depósitos em garantia - contingências trabalhistas	14.220	14.112
Depósitos em garantia - contingências fiscais	12.817	12.120
Rendas a receber	12.483	9.564
Depósitos em garantia - contingências cíveis	8.262	7.249
Devedores diversos no país	6.807	61.646
Adiantamentos salariais	6.173	1.256
Devedores por compra de valores e bens	5.057	11.773
Adiantamentos a fornecedores	4.603	53.767
Despesas pagas antecipadamente	1.650	2.534
Total	343.053	430.177

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a valores a receber pela alienação de ações e liquidações financeiras de transações de pagamento.

10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(8.264)	(8.264)
Provisão para desvalorização de obras de arte	(425)	(425)
Total	(8.689)	(8.689)

11. Passivos financeiros

11.1. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	553.025	-	-	-	553.025	899.608
Pessoas jurídicas	300.461	-	-	-	300.461	256.450
Pessoas físicas	218.627	-	-	-	218.627	548.451
Pessoas jurídicas ligadas	25.392	-	-	-	25.392	84.294
Vinculados	8.542	-	-	-	8.542	10.410
Saldos credores em empréstimos e financiamentos	3	-	-	-	3	3
Outros depósitos	246	-	-	-	246	268
Contas pré-pagamento	246	-	-	-	246	268
Depósitos interfinanceiros	-	71.462	-	-	71.462	666.350
Depósitos a prazo	-	5.533.667	1.270.559	6.626.017	13.430.243	13.433.383
Em moeda nacional	-	2.174.665	1.270.559	6.626.017	10.071.241	11.817.725
Em moeda estrangeira	-	3.359.002	-	-	3.359.002	1.615.658
Total	553.271	5.605.129	1.270.559	6.626.017	14.054.976	14.999.609

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 70% e 170% do DI (95% e 170% do DI em 31 de dezembro de 2022), em operações prefixadas entre 5,17% e 19,05% ao ano (4,59% e 19,05% ao ano em 31 de dezembro de 2022) e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 2,48% e 7,05% ao ano (100% do IPCA mais taxa prefixada entre 0,83% e 7,05% em 31 de dezembro de 2022).

b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	30/06/2023	31/12/2022
Carteira própria			
Títulos públicos	1.706.382	1.706.382	704.585
Letras do Tesouro Nacional	344.850	344.850	-
Notas do Tesouro Nacional	1.361.532	1.361.532	704.585
Total	1.706.382	1.706.382	704.585

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2023	31/12/2022
Letras de crédito imobiliário ⁽¹⁾	1.325.243	732.356	445.412	2.503.011	2.497.010
Letras de crédito do agronegócio ⁽²⁾	553.713	825.025	790.661	2.169.399	2.287.322
Letras financeiras ⁽³⁾	30.530	65.539	152.746	248.815	224.185
Total	1.909.486	1.622.920	1.388.819	4.921.225	5.008.517

⁽¹⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 89% e 135% do DI (85% e 135% do DI em 31 de dezembro de 2022). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 4,44% e 14,25% a.a. em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 1,03% e 4,29% ao ano (1,03% e 5,03% em 31 de dezembro de 2022).

⁽²⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 85% e 130,4% do DI (85% e 122,4% do DI em 31 de dezembro de 2022). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 3,41% e 14,9% a.a. (4,51% e 15% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Em operações híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 1,15% e 5,07% ao ano (0,84% e 5,07% em 31 de dezembro de 2022).

⁽³⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 118,5% do DI. Em operações híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada de 6,6% ao ano. Não havia operações prefixadas em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

d) Resultado

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Captação com depósitos	(807.370)	(660.846)
Depósitos a prazo	(779.225)	(589.607)
Depósitos interfinanceiros	(28.145)	(71.239)
Captação no mercado aberto	(71.594)	(62.232)
Carteira própria	(71.594)	(62.232)
Recursos de aceite e emissão de títulos	(623.150)	(167.340)
Letras financeiras	(363.654)	41.861
Letras de crédito imobiliária	(132.830)	(111.466)
Letras de crédito do agronegócio	(126.666)	(97.735)
Contribuições ordinárias	(11.007)	(10.470)
Fundo Garantidor de Crédito	(11.007)	(10.470)
Total	(1.513.121)	(900.888)

e) Obrigações por empréstimos e repasses no país

e.1) Composição

Não havia saldo em obrigações por empréstimos e repasses no país em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

e.2) Resultado

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Despesas com banqueiros no exterior	81.988	106.517
Total	81.988	106.517

f) Instrumentos de dívida elegíveis a capital

	Taxas praticadas	Vencimento	Valor emitido	Valor curva	30/06/2023 Valor de mercado	31/12/2022 Valor de mercado
Letras financeiras subordinadas						
Pré-fixadas	De 15,8% a 16,9% a.a.	2032 a 2036	711.000	870.716	1.039.982	695.117
Total			711.000	870.716	1.039.982	695.117

g) Outros passivos financeiros

	30/06/2023	31/12/2022
Carteira de câmbio passiva	121.381	-
Relações interdependências	40.358	13.098
Negociação e intermediação de valores	24.937	12.530
Total	186.676	25.628

12. Ativos e passivos fiscais

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.367.116)	(1.001.420)
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	615.202	450.639
Efeito na apuração dos tributos	(589.343)	(500.246)
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	(10.236)	11.586
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(9.648)	439
Resultado de participações em coligadas e controladas	(351)	(2.283)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(557.296)	(544.805)
Outros	(11.812)	34.817
Imposto de renda e contribuição social	25.859	(49.607)
Provisão para imposto de renda	14.314	(28.531)
Provisão para contribuição social	11.545	(21.076)
Ativos / passivos fiscais diferidos - IR / CS	592.427	506.323
Total	618.286	456.716

b) Composição dos ativos correntes

	30/06/2023	31/12/2022
Imposto de renda a compensar	10.256	35.178
Contribuição social a compensar	5.877	27.404
PIS a compensar	3.729	3.684
COFINS a compensar	-	26
Outros impostos a compensar	15.410	19.362
Total	35.272	85.654

c) Composição dos passivos correntes

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para imposto de renda	-	31.792
Provisão para contribuição social	-	26.934
Impostos e contribuições sobre salários	8.840	13.758
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.526	1.899
Outros	49.007	16.635
Total	59.373	91.018

d) Composição dos ativos diferidos

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.286.463	1.729.167
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	227.878	201.594
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	21.141
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	30.788	-
Outras diferenças temporárias no resultado	16.233	12.427
Subtotal	2.561.362	1.964.329
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no patrimônio líquido		-
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379	17.379
Total	2.578.741	1.981.708

e) Movimentação dos ativos diferidos

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo inicial	1.981.708	626.554
Constituições	917.587	875.628
Realizações	(320.554)	(305.786)
Saldo final	2.578.741	1.196.396

f) Composição dos passivos diferidos

	30/06/2023	31/12/2022
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros	24.116	284.231
Outras	17.471	17.471
Total	41.587	301.702

g) Movimentação dos passivos diferidos

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo inicial	301.702	45.798
Constituições / Realizações	(260.115)	48.735
Saldo final	41.587	94.533

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos

							30/06/2023	
2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	Total	
225.297	552.228	506.209	506.209	536.998	229.161	5.260	2.561.362	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente dos ativos diferidos em 30 de junho de 2023, considerando a taxa de captação projetada, é de R\$ 2.109.403 (R\$ 1.558.030 em 31 de dezembro de 2022).

13. Provisões

a) Contingências cíveis e trabalhistas

	30/06/2023	31/12/2022
Provisões cíveis	6.835	9.233
Provisões trabalhistas	61.584	37.747
Total	68.419	46.980

b) Provisões cíveis

Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, as quais são analisadas de forma individualizada. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

b.1) Movimentação

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo inicial	9.233	7.321
Constituição	358	4.499
Reversão	(2.756)	(3.987)
Saldo final	6.835	7.833

Para esses processos, em 30 de junho de 2023, havia o montante de R\$ 8.262 em depósitos judiciais (R\$ 7.249 em 31 de dezembro de 2022).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de indenizações. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

c) Provisões trabalhistas

Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

c.1) Movimentação

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Saldo inicial	37.747	40.259
Constituição	33.023	6.111
Atualização monetária	3.190	1.116
Reversão	(12.376)	(8.714)
Saldo final	61.584	38.772

Para esses processos, em 30 de junho de 2023, havia o montante de R\$ 14.220 em depósitos judiciais (R\$ 14.112 em 31 de dezembro de 2022).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

d) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	30/06/2023	31/12/2022
Processos cíveis	92.457	54.107
Processos trabalhistas	28.037	18.267
Processos fiscais	56.578	56.039
Total	177.072	128.413

14. Outros passivos

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para despesas de pessoal	51.103	27.106
Credores diversos - no país	47.701	26.319
Tributos municipais a recolher	10.268	2.979
Tributos federais a recolher	3.449	3.009
Provisão para despesas administrativas	9.193	6.768
Provisão para fianças prestadas	1.199	849
Valores a pagar de sociedades ligadas	427	185
Total	123.340	67.215

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 1.187.826.073 ações escriturais e sem valor nominal (787.826.073 em 31 de dezembro de 2022), sendo 843.913.037 ações ordinárias (643.913.037 em 31 de dezembro de 2022) e 343.913.036 ações preferenciais (143.913.036 em 31 de dezembro de 2022).

Em 30 de janeiro de 2023, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 500.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passou a ser de R\$ 3.630.001, dividido em 912.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 706.413.037 ordinárias e 206.413.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 13 de fevereiro de 2023.

Em 29 de março de 2023, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 600.000, totalmente subscrito e integralizado. O capital social, passou a ser de R\$ 4.230.001, dividido em 1.062.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 781.413.037 ordinárias e 281.413.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 12 de abril de 2023.

Em 30 de junho de 2023, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social do Banco Original em R\$ 500.000, sendo R\$ 350.000 integralizados no ato e R\$ 150.000 a serem integralizados no prazo de um ano. O capital social, passará a ser de R\$ 4.730.001, dividido em 1.187.826.073 ações escriturais sem valor nominal, sendo 843.913.037 ordinárias e 343.913.036 preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN, por ofício expedido em 17 de julho de 2023.

	Ordinárias		Preferenciais		30/06/2023		Ordinárias		Preferenciais		31/12/2022	
De domiciliados no país	3.355.098	1.374.903	4.730.001	2.555.098	574.903	3.130.001						
Total	3.355.098	1.374.903	4.730.001	2.555.098	574.903	3.130.001						

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos / juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. No semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos títulos públicos e privados disponíveis para venda e *swap* destinado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante positivo de R\$ 10.308 (R\$ 284.840 positivo em 31 de dezembro de 2022).

16. Receitas de prestação de serviços

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Comissões de cartões	152.481	187.487
Cobrança e arrecadações	30.659	21.717
Garantias prestadas	2.185	1.630
Prestação de serviços de assessoria financeira	342	628
Outras	1.432	1.301
Total	187.099	212.763

17. Receitas de tarifas bancárias

	01/01 a 3 0/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Pacote de serviços pessoas físicas	37.614	38.110
Serviços pessoas jurídicas	11.216	12.984
Serviços diferenciados pessoas físicas	10.214	4.938
Serviços prioritários pessoas físicas	1.498	4.591
Outros serviços	3.520	14.250
Total	64.062	74.873

18. Despesas de pessoal

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Proventos	(114.280)	(130.246)
Encargos	(37.261)	(39.711)
Benefícios	(27.068)	(25.645)
Indenizações trabalhistas	(3.004)	(5.174)
Outras	(882)	(1.013)
Total	(182.495)	(201.789)

19. Outras despesas administrativas

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Serviços do sistema financeiro ⁽¹⁾	(220.571)	(289.498)
Depreciações e amortizações	(220.403)	(88.937)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(36.748)	(33.391)
Processamento de dados	(42.017)	(31.702)
Comunicações	(3.427)	(6.397)
Aluguéis	(8.934)	(6.341)
Indenizações judiciais diversas	(7.032)	(5.703)
Propaganda e publicidade	(330)	(3.809)
Legais e jurídicas	(11.384)	(3.633)
Manutenção e conservação de bens	(2.182)	(2.698)
Transportes e viagens	(1.923)	(1.967)
Serviços de vigilância e segurança	(452)	(1.277)
Água, energia e gás	(210)	(236)
Seguros	(10)	(224)
Promoções e relações públicas	(36)	(143)
Material	(55)	(79)
Outras	(20.430)	(21.338)
Total	(576.144)	(497.373)

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens, comissões, acordos operacionais com partes relacionadas e outros serviços financeiros.

20. Despesas tributárias

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
COFINS	(68.203)	(72.215)
PIS / PASEP	(11.084)	(11.737)
ISS	(7.657)	(11.022)
Outras	(2.335)	(4.219)
Total	(89.279)	(99.193)

21. Outras receitas

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	67.492	48.016
Rendas de atualização monetária	12.801	8.424
Reversão de provisões	3.331	11.049
Lucro na alienação de valores e bens	1.867	2.306
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento ⁽²⁾	-	10.901
Outras	11.745	9.794
Total	97.236	90.490

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, ao ressarcimento de despesas previstas em acordos operacionais com partes relacionadas

⁽²⁾ Rendas junto a instituições participantes de arranjo de pagamento (nota 5.1 d.1)

22. Outras despesas

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Cessão de marca e domínio ⁽¹⁾	(422.000)	-
Constituição de provisões	(25.120)	(10.383)
Programa de recompensa em cartões	(15.974)	(26.571)
Outras	(3.295)	(24.738)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	(676)
Total	(466.389)	(62.368)

⁽¹⁾ O Banco Original S.A. adquiriu a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br, cedidas para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) no ano de 2016. O preço acordado foi apurado por especialista externo e independente, sendo liquidada no primeiro semestre de 2023.

23. Partes relacionadas

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2023, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da Administração somaram R\$ 14.689 (R\$ 17.206 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Não houve pagamento de benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento no semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Original não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Original não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no semestre findo em 30 de junho de 2023 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Original realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o PicPay Bank S/A, a PicPay Instituição de Pagamento S/A, a Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A, a J&F DTVM Ltda, a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2023
Ativos						
Ativos financeiros	1.815.612	-	-	-	-	1.815.612
Outros ativos	5.796	161.013	1	-	-	166.810
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	5.860.426	369	2.348	23.878	347.602	6.234.623
Outros passivos	365	-	-	-	-	365
Resultado						01/01 a 30/06/2023
Rendas de operações de crédito	196.498	-	-	-	-	196.498
Resultado com títulos e valores mobiliários	297.535	-	-	-	-	297.535
Despesas em operações de captação	(158.613)	(208)	(124)	(1.506)	(18.462)	(178.913)
Outras receitas e (despesas)	(485.334)	-	(263)	-	-	(485.597)
	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽³⁾	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2022
Ativos						
Ativos financeiros	2.570.025	-	-	-	-	2.570.025
Outros ativos	164.358	151.265	108	-	-	315.731
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	5.197.353	-	1.796	31.488	314.246	5.544.883
Outros passivos	185	-	-	-	-	185
Resultado						01/01 a 30/06/2021
Rendas de operações de crédito	170.029	-	-	-	-	170.029
Resultado com títulos e valores mobiliários	105.093	-	-	-	-	105.093
Despesas em operações de captação	(72.195)	(133)	(288)	(1.418)	(5.066)	(79.100)
Outras receitas e (despesas)	(70.118)	7.287	(344)	-	-	(63.175)

⁽¹⁾ J&F Participações S/A

⁽²⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Hub Ltda.

⁽³⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Asset Management Ltda, Original Hub Ltda, PicPay Instituição de Pagamento S.A., FIDC PicPay.

24. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Original segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at risk (VaR)* paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress test*;
- *Stop loss*.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira <i>trading</i>	<i>Value at risk</i>	30/06/2023	31/12/2022
Fator de risco	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	264	108	344
Moedas estrangeiras	1.067	411	1.780
Exposição com correlação	480	435	360
Índice bolsa	143	-	-

Carteira <i>banking</i>	Teste estresse	30/06/2023	31/12/2022
Risco	Média	Fechamento	Fechamento
Risco de taxa de juros	26.110	108.489	21.837

Destaca-se que a redução relevante do *Value at Risk* (VaR) na linha referente ao fator de risco ações foi resultado da diminuição do estoque de ações.

O Original qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Original, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Original.

A estrutura de risco operacional do Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Original. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores

práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do BACEN. A análise de exposição das carteiras do Original é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- *VaR* (valor em risco);
- *Stress test*;
- *Stop loss*; e
- Análise de sensibilidade;

c) Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo CEGIR. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Original, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa;
- Teste de estresse; e
- Caixa mínimo;

d) Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a Resolução 4.557/17 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O CEGIR é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e) Gerenciamento de risco socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Original possui uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; avaliação e gestão de risco socioambiental; atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; verificação da aderência à PRSA; divulgação e a revisão da PRSA; e capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Original possui uma estrutura de governança corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração - órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; CEGIR - propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) - órgão nomeado pelo CEGIR, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética - órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do código de ética, códigos de conduta setoriais, políticas, circulares normativas internas, e regulamentação aplicável; as áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de gerenciamentos de riscos.

25. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial Original.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado prudencial (Banco Original S.A., PicPay Bank S.A., Offshore Cayman, PicPay Instituição de Pagamento S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Laguz Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Original Hub Ltda e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.950.

	30/06/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência Nível I	2.183.046	1.728.855
Patrimônio de referência Nível II	870.716	806.914
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	3.053.763	2.535.769
RWA - Ativos ponderados pelo risco	22.620.344	19.748.610
RWA _{CPAD} (parcela de risco de crédito)	17.068.482	15.365.055
RWA _{OPAD} (parcela de risco operacional)	207.632	49.924
RWA _{MPAD} (parcelas de risco de mercado)	5.344.230	4.333.631
Índice de Basileia	13,5%	12,8%

O Conglomerado prudencial mostra-se enquadrado no limite regulatório para o índice de Basileia, que para dezembro de 2022 é 10,5%, apresentando patrimônio de referência compatível com o nível de risco. São divulgadas trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 5,51% em 30 de junho de 2023.

Destaca-se ainda, que a controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

26. Informações complementares

a) Garantias prestadas

	30/06/2023		31/12/2022	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	231.926	1.199	210.517	849
Total	231.926	1.199	210.517	849

b) Seguros

O Banco Original contrata apólices de seguros para proteção dos imóveis onde se encontram suas unidades de negócio, seguros de vida de seus empregados, diretores, administradores e para cobertura de ações judiciais nas esferas cíveis e trabalhistas. Em 30 de junho de 2023, a cobertura total somava R\$ 328.757 (R\$ 476.353 em 31 de dezembro de 2022). O prêmio pago foi de R\$ 10 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2022).

c) Plano de aposentadoria e pensões

O Original não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

d) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Original é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os colaboradores demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos no semestre findo em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 367 (R\$ 456 no semestre findo em 30 de junho de 2022).

e) Resultado recorrente e não recorrente

	01/01 a 30/06/2023	01/01 a 30/06/2022
Resultado líquido	(748.830)	(544.704)
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários	(232.100)	-
Cessão de marca e domínio	(232.100)	-
Resultado recorrente	<u>(516.730)</u>	<u>(544.704)</u>

f) Conciliação da movimentação dos fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Passivo	Patrimônio líquido		Total
		Capital social	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31/12/2022	695.117	3.130.001	(1.867.998)	2.322.284
Variações com efeito de caixa	-	1.450.000	-	1.450.000
Aumento de capital	-	1.450.000	-	1.450.000
Variações sem efeito de caixa	344.865	150.000	(748.830)	(253.965)
Capital a integralizar	-	150.000	-	150.000
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	(748.830)	(748.830)
Juros em instrumentos de dívida elegível a capital	63.803	-	-	63.803
Marcação a mercado de instrumentos de dívida elegível a capital	281.062	-	-	281.062
Saldo em 30/06/2023	1.039.982	4.730.001	(2.616.828)	3.518.319
Saldo em 31/12/2021	-	2.530.001	(207.717)	2.322.284
Variações com efeito de caixa	711.000	-	(1.861.923)	(1.150.923)
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	(1.861.923)	(1.861.923)
Emissão de Instrumentos de dívida elegível a capital	711.000	-	-	711.000
Variações sem efeito de caixa	(65.126)	-	1.317.219	1.252.093
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	1.317.219	1.317.219
Juros em instrumentos de dívida elegível a capital	35.102	-	-	35.102
Marcação a mercado de instrumentos de dívida elegível a capital	(100.228)	-	-	(100.228)
Saldo em 30/06/2022	645.874	2.530.001	(752.421)	2.423.454

27. Eventos subsequentes

A partir de julho de 2023, o Banco Original concentrará seus esforços no setor bancário de atacado, abrangendo Agronegócio, Corporate e Empresas. Essa direção está alinhada com suas raízes originais e é acompanhada por uma extensa gama de produtos e serviços financeiros. Essa abordagem é complementada por um atendimento ágil e distintivo, reforçando a solidez, qualidade e eficiência do negócio. Com o objetivo de enriquecer a experiência dos nossos clientes Pessoas Físicas, estamos buscando ampliar nossa oferta de produtos e tecnologia. Como parte disso, estamos proporcionando aos clientes do Varejo a oportunidade de desfrutar da conveniência de uma conta de pagamento no PicPay, um dos ecossistemas financeiros mais proeminentes do país.

Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações financeiras

A Diretoria

Marcelo Rosas Betine
Contador
CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP